

Relatório Completo 14/01/2016 às 17:04:36

Total de (67) Proposições.

PL 3570/2015

Autor: Carlos Bezerra - PMDB/MT

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	cobrança por excesso de peso de bagagem modificado em 17/11/2015 às 11:10
O que é	Altera a Lei nº 11.182, de 2005, que dispõe sobre a cobrança por excesso de peso de bagagem. modificado em 17/11/2015 às 11:10
Situação	10/nov - apresentação da proposição 17/nov - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Às Comissões de Viação e Transportes e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, IIProposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária modificado em 17/11/2015 às 11:10
Nossa Posição	DIVERGENTE A proposição tem por finalidade fixar procedimento de cobrança por excesso de peso de bagagem no transporte aéreo. No entanto, as empresas aéreas brasileiras oferecem, no ato da comercialização da passagem, a opção de compra antecipada de excesso de peso de bagagem com valores fixos e pré-informados. Em caso do excesso ser detectado apenas no momento do check-in não é possível aferir o valor antecipadamente, pois a atual norma que regula essa informação (PORTARIA Nº 676/GC-5, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2000), determina que a cobrança seja feita sobre a tarifa básica aplicável a etapa. Porém, devido as condições atuais de liberdade tarifária não é possível definir o valor antecipadamente, devido a flutuação das tarifas. Apesar da proposição não estabelecer ônus às empresas aéreas, entende-se que a mesma fere as questões regulatórias existentes. Finalmente, este tema inclui-se na pauta de discussão das condições gerais de transporte visando a flexibilização da franquia de bagagem. modificado em 25/11/2015 às 16:07

PL 3441/2015

Autor: Arthur Virgílio Bisneto - PSDB/AM

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	Altera o prazo de validade do bilhete de passagem aérea. modificado em 03/11/2015 às 17:49
O que é	Altera o prazo de validade do bilhete de passagem aérea de 1 para 2 anos. modificado em 03/11/2015 às 17:50

Situação

modificado em 03/11/2015 às 17:49

Nossa Posição

DIVERGENTE

Certamente a posição das empresas aéreas será contrária ao aumento do prazo de validade do bilhete.

Sugerimos que elas sejam ouvidas a respeito, e que nos forneçam elementos para justificarmos nossa posição contrária ao PL, que nos servirão de base para elaborarmos a Nota Técnica a ser apresentada na Câmara.

modificado em 26/11/2015 às 09:58

PL 3338/2015

Autor: Dep. Geovania de Sá - PSDB/SC

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Transporte de cadáveres
modificado em 23/10/2015 às 11:32

O que é

Dispõe sobre a gratuidade do traslado de cadáveres ou restos mortais de brasileiro nato ou naturalizado, reconhecidamente pobre, falecido no exterior.
modificado em 23/10/2015 às 11:32

Situação

20/ou5/15 - Apresentação do Projeto de Lei n. 3338/2015, pela Deputada Geovania de Sá (PSDB-SC), que: "Dispõe sobre a gratuidade do traslado de cadáveres ou restos mortais de brasileiro nato ou naturalizado, reconhecidamente pobre, falecido no exterior
modificado em 23/10/2015 às 11:32

Nossa Posição

O PL atribui à União a responsabilidade pelas providências para o traslado de cadáveres ou restos mortais de brasileiro falecido no exterior, atribuindo-lhe, também, as despesas para a efetivação do traslado.

Não está prevista qualquer responsabilidade por parte de empresa aérea.

modificado em 25/11/2015 às 16:10

PL 3000/2015

Autor: Deputado Roberto Alves - PRB/SP

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

indenizar o consumidor por cancelamento ou interrupção de voo, atraso da partida e preterição no

embarque
modificado em 30/09/2015 às 15:34

O que é

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer a obrigação de o transportador indenizar o consumidor por cancelamento ou interrupção de voo, atraso da partida e preterição no embarque.
modificado em 30/09/2015 às 15:34

Situação

25/09/2015 - Apense-se à(ao) PL-4323/2012. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Urgência art. 155 RICD
modificado em 30/09/2015 às 15:34

Nossa Posição

DIVERGENTE

O projeto não prevê a exclusão da responsabilidade administrativa ou civil das empresas transportadoras nas hipóteses em que o cancelamento, a interrupção ou o atraso de voo decorra de qualquer outra circunstância imprevista ou imprevisível (força maior ou fato fortuito), implicando em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas e em potencial aumento de custos decorrente da ampliação dos riscos que serão impostos à atividade empresarial.
modificado em 03/11/2015 às 17:11

PL 2999/2015

Autor: Deputado Roberto Alves - PRB/SP

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

comércio eletrônico
modificado em 30/09/2015 às 15:33

O que é

Veda o oferecimento, nos sítios oficiais das companhias aéreas na rede mundial de computadores ("internet"), de produtos e serviços não relacionados à aquisição de passagens aéreas e a comercialização de "assentos conforto" nas aeronaves.
modificado em 30/09/2015 às 15:33

Situação

24/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Às Comissões de Viação e Transportes; Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, IIProposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária
28/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT)
Recebimento pela CVT.
modificado em 30/09/2015 às 15:33

Nossa Posição

DIVERGENTE
O PL implica em indevida interferência na iniciativa privada, prejudicando a livre concorrência, as economias de escala e de escopo e a distribuição dos eventuais ganhos de produtividade aos próprios consumidores.
modificado em 03/11/2015 às 17:12

PL 1458/2015

Autor: Deputado Lucio Vieira Lima - PMDB/BA

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:46

O que é

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de circuito interno de câmera de vídeo, como equipamento obrigatório de segurança em aeronaves pertencentes às empresas brasileiras de aviação comercial e dá outras providências".

modificado em 29/09/2015 às 12:46

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:46

Nossa Posição

DIVERGENTE

Devido a inconstitucionalidade, conforme nota técnica anexada ao projeto, bem como por questões técnicas que impedem o cumprimento do prazo estipulado pela lei, que prevê a instalação das câmeras e renovação da frota em 180 dias, o que levaria a necessidade de nova homologação das aeronaves.

modificado em 19/10/2015 às 15:04

PL 2086/2015

Autor: Deputado Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

liberdade tarifária

Obs.: apensado ao PL 6546/2013

modificado em 29/09/2015 às 12:43

O que é

O PL dispõe que o valor da maior tarifa não poderá exceder em três vezes o valor da menor tarifa oferecida ao público, exceto quando se tratar de bilhete que confira ao passageiro o direito de ocupar local da aeronave com assento e serviço de bordo especiais.

modificado em 29/09/2015 às 12:43

Situação

06/07/2015 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 07/07/15 PÁG 70 COL 01.

modificado em 29/09/2015 às 12:43

Nossa Posição

O PL fere o princípio da liberdade tarifária, consagrado na Lei nº 11.182, de 2005, que estabeleceu que na prestação de serviços aéreos regulares prevalecerá o regime de liberdade tarifária.

Além do mais, interfere na livre organização e gestão dos programas tarifários (liberdade tarifária) praticados pelas empresas aéreas regulares, e pode vir a dificultar ou até mesmo prejudicar, desestimular ou impedir a implementação de descontos, reduções ou promoções tarifárias.

modificado em 29/09/2015 às 12:43

PL 7266/2014

Autor: Deputado Otavio Leite - PSDB/RJ

Relator: Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

dispõe sobre o Fundo Nacional da Aviação Civil ? FNAC

modificado em 29/09/2015 às 12:41

O que é

Altera a Lei nº 12.462/2011, que dispõe sobre o Fundo Nacional da Aviação Civil ? FNAC, para proibir o contingenciamento, bem como a transferência, ao Tesouro Nacional dos recursos do Fundo, em especial para fins de composição de superávit primário.

Estabelece, ainda, que os recursos do FNAC poderão ser utilizados para financiamento e apoio à formação de pilotos e profissionais da aviação civil, bem como para financiamento de equipamentos para aeroclubes.

modificado em 29/09/2015 às 12:41

Situação

13/05/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT)

A Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição nos termos do Art. 41, VI do RICD.

modificado em 29/09/2015 às 12:41

Nossa Posição

CONVERGENTE

O PL impede que as dotações que capitalizem o Fundo Nacional da Aviação Civil possam ser contingenciadas, bem como transferidas ao Tesouro Nacional, passando a se constituir superávit financeiro.

A proposta confere eficácia ao objetivo de criação do FNAC, ao impedir manobras contábeis que desvirtuem a finalidade da aplicação dos recursos, qual seja a de aperfeiçoar a infraestrutura aeroportuária brasileira.

Sugere-se a aprovação do PL.

modificado em 29/09/2015 às 12:41

PL 2288/2015

Autor: Senado Federal - Vital do Rêgo - PMDB/PB

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	Gratuidade para transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano modificado em 29/09/2015 às 12:39
O que é	O PL determina que os órgãos públicos civis, as instituições militares e as empresas públicas e privadas que operem ou utilizem veículos de transporte de pessoas e cargas, por via terrestre, aérea ou aquática, são obrigados a dar prioridade ao transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e de integrantes da equipe de captação e distribuição de órgãos que acompanhará o transporte do material. Estabelece, ainda, que o transporte será gratuito. modificado em 29/09/2015 às 12:39
Situação	15/07/2015 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Recebimento pela CSSF. modificado em 29/09/2015 às 12:39
Nossa Posição	Já há convênios celebrados entre a União e as empresas aéreas assegurando a gratuidade do transporte. O PL, portanto, se aprovado, não implicará em custos adicionais. modificado em 29/09/2015 às 12:39

PL 3372/1997

Autor: Deputada Marinha Raupp - PSDB/RO

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	prioridade de atendimento modificado em 16/10/2015 às 15:59
O que é	Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência física e aos idosos no sistema de transporte público coletivo intermunicipal. modificado em 29/09/2015 às 12:35
Situação	modificado em 29/09/2015 às 12:35
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 12:35

PL 838/2011

Autor: Deputado Felipe Bornier - PHS/RJ

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:34

O que é

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que "Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica", para vedar a cobrança pelo consumo de água potável nas aeronaves comerciais.
modificado em 29/09/2015 às 12:34

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:34

Nossa Posição

DIVERGENTE

O Substitutivo apresentado pelo Relator na CVT obriga o fornecimento gratuito de água potável aos passageiros nas viagens realizadas por veículos, embarcações ou aeronaves com origem ou destino no território nacional, operados por empresas que prestam serviço de transporte público terrestre, interestadual ou internacional, aquaviário ou aéreo, como medida preventiva para eliminar a possibilidade de venda de água potável, tal como já vem ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos da América, por empresas de baixo custo.
modificado em 03/11/2015 às 16:57

PL 2724/2015

Autor: Deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB-PE)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

capital estrangeiro
modificado em 29/09/2015 às 12:22

O que é

Eleva a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo.
modificado em 29/09/2015 às 12:22

Situação

23/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT)
Apresentação do Requerimento n. 107/2015, pela Deputada Clarissa Garotinho (PR-RJ), que:
"Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 2.724/2015, do Sr. Carlos Eduardo Cadoca que modifica o artigo 181 da Lei 7565, de 1986, para elevar a participação do capital estrangeiro com direito a voto das empresas de transporte aéreo". Inteiro teor
Aprovado requerimento da Sra. Clarissa Garotinho que requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 2.724/2015, do Sr. Carlos Eduardo Cadoca que modifica o artigo 181 da Lei 7565, de 1986, para elevar a participação do capital estrangeiro com direito a voto das empresas de transporte aéreo.
Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
modificado em 29/09/2015 às 12:22

Nossa Posição	CONVERGENTE, COM RESSALVAS
	O PL sofre de grave inconsistência, pois propõe a alteração do art. 181 do CBA, fazendo referência ao instituto da ?autorização?, quando o art. 180 refere-se ao instituto da ?concessão?.
	Existem outros projetos de lei, seja na Câmara, seja no Senado, com o mesmo objeto em melhores condições de redação e técnica legislativa.
	modificado em 03/11/2015 às 17:14

PL 2191/2015

Autor:	Deputado Takayama - PSC/PR			Relator:	Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)		
Status:	em acompanhamento	Tema:	Configuração de Aeronaves	Prioridade:	Não	Notas Técnicas:	Sim
Foco	Dispõe sobre segurança de voo modificado em 29/09/2015 às 12:20						
O que é	Cria a obrigatoriedade da exigência por parte das companhias aéreas que atuam em território nacional da presença de dois membros da tripulação na cabine de comando durante toda a duração do voo modificado em 29/09/2015 às 12:20						
Situação	25/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-3045/2015. modificado em 29/09/2015 às 12:20						
Nossa Posição	DIVERGENTE						
	Trata-se de matéria já regulamentada pela ANAC, no uso de sua competência normativa, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005.						
	Tratando-se de matéria regulamentar, entendemos que o assunto não deve ser objeto de lei.						
	modificado em 29/09/2015 às 12:20						

PL 274/2015

Autor:	Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)		Relator:				
Status:	em acompanhamento	Tema:	Relações de Consumo	Prioridade:	Não	Notas Técnicas:	Sim
Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:18						
O que é	Altera a Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, atribuindo à entidade competência relacionada ao transporte de animais domésticos.						

modificado em 29/09/2015 às 12:18

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:18

Nossa Posição

Apesar de posição GV (03/11/2015), manter na agenda.

A ANAC já tem competência para regulamentar o transporte de animais domésticos.

A matéria está regulamentada pela Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, que aprova as Condições Gerais de Transporte, arts. 45 a 47.

modificado em 03/11/2015 às 17:15

PL 96/2015

Autor: Deputado Alceu Moreira - PMDB/RS

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:17

O que é

Dispõe sobre a incidência das contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social nas operações de venda de gasolina de aviação.

modificado em 29/09/2015 às 12:17

Situação

24/09/2015 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Encaminhada solicitação ao Ministério da Fazenda.

modificado em 29/09/2015 às 12:17

Nossa Posição

INDIFERENTE

As empresas aéreas não se utilizam de gasolina de aviação, mas de querosene de aviação. Sugerimos excluir o PL de nossa Agenda.

modificado em 29/09/2015 às 12:17

PL 7558/2014

Autor: Flávia Moraes - PDT/GO

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:13

O que é

Acresce artigo ao Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor a respeito do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial.

modificado em 29/09/2015 às 12:13

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:13

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL implica em indevida interferência no princípio da liberdade tarifária, na qual se compreende, inclusive, a possibilidade de cobrança da bagagem transportada, seja ela qual for.

modificado em 29/09/2015 às 12:14

PL 3568/2008

Autor: Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:10

O que é

Assegura o livre acesso do portador de deficiência visual a locais públicos e privados de quaisquer natureza, bem como em qualquer meio de transporte, acompanhado de seu cão guia.

modificado em 29/09/2015 às 12:10

Situação

17/08/2015 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência Publicado no DCD de 18/08/2015, Letra B.

modificado em 29/09/2015 às 12:10

Nossa Posição

DIVERGENTE

O assunto, no âmbito do transporte aéreo, já está regulamentado pela ANAC, em sua Resolução 280, de 11 de julho de 2013, verbis:

Cão-Guia ou Cão-Guia de Acompanhamento

Art. 29. O PNAE usuário de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento pode ingressar e permanecer com o animal no edifício terminal de passageiros e na cabine da aeronave, mediante apresentação de identificação do cão-guia e comprovação de treinamento do usuário.

§ 1º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento devem ser transportados gratuitamente no chão da cabine da aeronave, em local adjacente ao de seu dono e sob seu controle, desde que equipado com arreo, dispensado o uso de focinheira.

§ 2º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento devem ser acomodados de modo a não obstruir, total ou parcialmente, o corredor da aeronave.

§ 3º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento em fase de treinamento devem ser admitidos na forma do caput quando em companhia de treinador, instrutor ou acompanhante habilitado.

§ 4º O operador aéreo não é obrigado a oferecer alimentação ao cão-guia ou ao cão-guia de acompanhamento, sendo esta responsabilidade do passageiro.

Art. 30. Para o transporte de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento em aeronave, devem ser cumpridas as exigências das autoridades sanitárias nacionais e do país de destino, quando for o caso.

modificado em 03/11/2015 às 17:16

PL 2799/2000

Autor: Deputado Jair Bolsonaro (PPB/RJ)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:08

O que é

Inclui como crime o descumprimento de instrução recebida de tripulante que possa ameaçar a segurança da embarcação ou aeronave ou causar dano à saúde e à integridade das pessoas a bordo.

modificado em 29/09/2015 às 12:08

Situação

19/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-291/2015.

Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-291/2015

modificado em 29/09/2015 às 12:08

Nossa Posição

CONVERGENTE

Sem objeção à aprovação, recomendando-se o acompanhamento da tramitação.

modificado em 03/11/2015 às 17:17

PL 1500/2015

Autor: Deputado Rogerio Rosso (PSD/DF)

Relator: Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

Incluir no bilhete de passagem informações sobre riscos à saúde no transporte aéreo
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 12:02

O que é

Altera as Leis nº 7.183, de 05 de abril de 1984, e nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a obrigatoriedade da informação prévia aos passageiros sobre os serviços executados, os riscos à saúde e segurança, as medidas de prevenção, e a obrigatoriedade de atendimento médico de primeiros socorros durante voos em aeronaves comerciais, nacionais ou estrangeiras, que operem

em território brasileiro.

modificado em 29/09/2015 às 12:02

Situação

CD - CVT, em 27/05/2015: A Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição nos termos do Art. 41, VI do RICD
modificado em 29/09/2015 às 12:02

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL altera os arts. 227 e 256 da Lei nº 7.565/86 (CBA) fundamentalmente para:

(i) obrigar as empresas transportadoras a incluírem no bilhete de passagem aérea informações sobre eventuais riscos à saúde e à segurança dos passageiros durante voos, bem como as contraindicações, ações e recomendações de prevenção; (ii) responsabilizar as empresas transportadoras por quaisquer complicações de saúde ao passageiro, causadas pela falta de informações prévias, ações e recomendações de prevenção, especialmente quanto aos riscos de trombose e embolia pulmonar em voos de longa duração; falta de atendimento médico de primeiros socorros, durante o voo ou procedimentos de embarque e desembarque de aeronave, defeitos relativos à prestação dos serviços de transporte aéreo, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

O autor justifica a proposição sob o argumento de que tem sido cada vez mais comum, não só no Brasil, a incidência de passageiros manifestando sintomas de trombose das veias profundas das pernas (TVP) e embolia pulmonar, especialmente durante a fase final de voos de longa duração ou na hora do desembarque e que tal fenômeno tem sido apelidado de "trombose do viajante" ou "síndrome da classe econômica", exatamente por acometer majoritariamente passageiros de voos com pouco espaço entre poltronas, especialmente quando ficam muito tempo sentados ou sem movimentar as pernas.

A imputação de responsabilidade por qualquer complicação de saúde do passageiro ou falta de atendimento médico à bordo da aeronave é incompatível com o regime legal estabelecido no Código Civil e no Código Brasileiro de Aeronáutica sobre a responsabilidade civil das empresas transportadoras por danos causados aos passageiros, além de contrariar as normas da Lei Complementar nº 93/95, que estabelece que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa (Lei citada, art. 7º, IV).

A proposição, portanto, além de não atender os requisitos formais para sua viabilidade, implicará, se convertida em lei, em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas transportadoras e em potencial aumento de custos decorrente da ampliação dos riscos que serão impostos à atividade empresarial, com prejuízo para os consumidores.

modificado em 29/09/2015 às 12:02

PL 534/2015

Autor: Deputado Carlos Gomes ? (PRB/RS)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

Facilitar o transporte de animais domésticos
Apensado ao PL 274/2015

modificado em 29/09/2015 às 12:00

O que é

Dispõe sobre o transporte de animais domésticos e de cães-guia em veículos de transporte terrestre, aéreo e aquaviário.

modificado em 29/09/2015 às 12:00

Situação

CD ? Apensado. PL será retirado na próxima atualização

modificado em 29/09/2015 às 12:00

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL tem por objetivo assegurar aos proprietários de animais domésticos transporte de cães e gatos nas linhas regulares nacionais, interestaduais e intermunicipais de transporte terrestre, aéreo e aquaviário, vedando a inclusão do peso dos mesmos na franquia da bagagem e facultando à empresa a cobrança de valor adicional pelo transporte, de acordo com critérios determinados pela agência reguladora competente de cada setor. Estabelece, também, que para efetuar o embarque, os animais deverão estar acondicionados em caixas de apropriadas ou similares e assim permanecerem durante toda a sua permanência a bordo, devendo ser transportados em local e na forma definida pela empresa de transporte, de modo que lhes ofereça condições de proteção e conforto. Estabelece também que o animal doméstico de até 8 (oito) quilogramas poderá ser transportado na cabine de passageiros, a critério da empresa de transporte, devendo ficar em compartimento apropriado, com segurança, e sem causar desconforto aos demais passageiros, limitando o transporte na cabine de passageiros a 2 (dois) animais por veículo, a cada viagem.

Além disto, o PL assegura ao deficiente visual o direito de ingressar e permanecer acompanhado de cão-guia nos transportes, independentemente do peso do animal e do pagamento de tarifa.

Trata-se de matéria cuja regulação já é atribuída à ANAC, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005, sendo, portanto, desnecessário o projeto.

modificado em 29/09/2015 às 12:00

PL 4495/2012

Autor: Deputado Ademir Camilo ? (PSD/MG)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Dispõe sobre os poderes e deveres do comandante
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 11:50

O que é

Modifica o art. 165 da Lei nº 7.565, de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica, que se refere ao Comandante de aeronave.

modificado em 29/09/2015 às 11:50

Situação

CD - CCJC, aguardando designação de relator Em 20.05.15, na CVT, foi aprovado por unanimidade o relatório do Deputado José Stedille(PSB/RS). Em 22.05.15 a Presidência da CVT comunica ao Presidente da Câmara dos Deputados os pareceres divergentes da CVT e da CDC sobre o PL 4.495/2012.Em 08.06.15 o PL foi enviado a CCJC.

08/06/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Recebimento pela CCJC.

modificado em 29/09/2015 às 11:50

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL propõe seja acrescido mais dois parágrafos ao art. 165 do CBA, para determinar que, no transporte aéreo regular, o número de horas de voo em comando do Comandante seja divulgado aos passageiros antes de iniciada a partida da aeronave e que as informações profissionais havidas pela autoridade aeronáutica a respeito da habilitação, da certificação médica e das horas de voo de Comandante sejam de acesso público.

A proposição legislativa invade área de competência das autoridades de aviação civil e de aeronáutica, além de dispor sobre matéria já amplamente regulada.

modificado em 29/09/2015 às 11:50

PL 1033/2011

Autor: Deputado Dr. Ubiali (PSB/SP)

Relator: Deputado José Stédile (PSB-RS)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Cria o Índice de Turbulência Aérea

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 11:47

O que é

Cria o Índice de Turbulência Aérea ? InTA

modificado em 29/09/2015 às 11:47

Situação

CD - Mesa Diretora, em 31/01/2015: arquivado. PL será retirado na próxima atualização.

20/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Devolução à CCP, por força do art. 105 do

RICD.
modificado em 29/09/2015 às 11:47

Nossa Posição

DIVERGENTE
O PL propõe a criação do Índice de Turbulência InTA, que consiste em um indicador de aferição capaz de informar aos usuários de transporte aéreo, qual a intensidade de turbulência prevista para um determinado voo, devendo tal índice constar do Sistema Informativo de Voo ? SIV, em números cardinais, de forma gradual e crescente, de 0 a 5, quando da confirmação do voo. Estabelece, também, que as companhias aéreas deverão informar aos seus passageiros qual o índice de turbulência previsto para cada voo, antes do embarque, desde a primeira chamada, ficando obrigadas a manter arquivadas, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, as informações relativas aos índices de turbulência prevista de seus respectivos voos.

Os sistemas de radares meteorológicos utilizados na aviação são incapazes de aferir, em tempo real, o grau de turbulência nas rotas programadas pelas aeronaves.

modificado em 29/09/2015 às 11:47

PL 880/2011

Autor: Deputado Paulo Magalhães (DEM/BA)

Relator: Deputado Marcus Pestana (PSDB-MG)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Obriga a presença de médico em voos comerciais
modificado em 29/09/2015 às 11:46

O que é

Determina a obrigatoriedade da presença de médico em voos comerciais com mais de duas horas de duração.
modificado em 29/09/2015 às 11:46

Situação

CD - CSSF, em 06/05/2015 foi devolvido ao relator, Dep. Marcus Pestana.
modificado em 29/09/2015 às 11:46

Nossa Posição

DIVERGENTE
A presença de um médico a bordo das aeronaves será ociosa e onerará o preço das passagens aéreas, além do que o treinamento de tripulantes já inclui a intervenção em situações de emergência, como exigido na Portaria DAC Nº 1232/DGAC, de 28 de novembro de 2005, que aprova a quarta edição do Manual do Curso do Comissário de Voo?.

modificado em 29/09/2015 às 11:46

PL 7036/2010

Autor: Deputado Fábio Faria (PMN/RN)

Relator: Deputada Marinha Raupp (PMDB-RO)

Status: em acompanhamento **Tema:** Outros Projetos **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco

Obrigatoriedade de exibição nas aeronaves de filmes que combatam a pedofilia
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 11:44

O que é

Determina a obrigatoriedade da veiculação, por parte das companhias aéreas nacionais e dos exibidores de cinema, de filmes ou vídeos que combatam a pedofilia.

modificado em 29/09/2015 às 11:44

Situação

CD ? CVT Aguardando Parecer do Relator.
09/04/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-333/2015
modificado em 29/09/2015 às 11:44

Nossa Posição

DIVERGENTE
O PL propõe seja estabelecida a obrigatoriedade da veiculação, por parte das companhias aéreas nacionais e dos exibidores de cinema, de filmes ou vídeos que combatam a pedofilia, ficando as companhias aéreas nacionais obrigadas a exibir, durante os voos que excedam uma hora, filmes ou vídeos com duração mínima de trinta segundos, que veiculem campanha de combate à pedofilia, sob pena de multa, conforme for regulamentado pela Agência Nacional de Aviação Civil. Há parecer da CVT pela rejeição.

A maior parte das aeronaves em circulação não dispõem de sistemas de vídeo, sobretudo nas empresas regionais de aviação, o que significa dizer que o cumprimento da norma implicará em despesas iniciais de instalação desses equipamentos. Aos custos de implantação, sobrepor-se-ão os de manutenção, na forma de queda da receita auferida com a venda dos seus espaços midiáticos para terceiros interessados. Para compensar o resultado negativo dos custos, as empresas serão instadas a aumentar as tarifas, gerando prejuízos aos passageiros, o que por só recomenda a rejeição do PL.

modificado em 29/09/2015 às 11:44

PL 5762/2009

Autor: Deputada Gorete Pereira (PR/CE)

Relator: Deputado Mauro Lopes (PMDB-MG)

Status: em acompanhamento **Tema:** Outros Projetos **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco

Esclarecimentos aos passageiros sobre os dispositivos de segurança das aeronaves.
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 11:42

O que é

Obriga as empresas aéreas a prestarem esclarecimentos aos passageiros sobre os dispositivos de segurança das aeronaves.

modificado em 29/09/2015 às 11:42

Situação

CD ? CCJC Aguardando Designação de Relator.

06/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-123/2015.

modificado em 29/09/2015 às 11:42

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL propõe que as empresas de transportes de passageiros nas diversas modalidades de transporte fiquem obrigadas a prestarem, antes do início da viagem, esclarecimentos aos passageiros sobre os dispositivos de segurança disponíveis no veículo. O parecer aprovado pela CTASP opina pela aprovação, na forma de substitutivo, limitando o âmbito de sua incidência ao transporte coletivo aquaviário ou terrestre, ou seja, excluiu os demais modais, inclusive o aéreo. De sua vez, a Comissão de Viação e Transportes aprovou parecer pela rejeição do PL.

No que se refere ao modal aéreo a proposição é desnecessária, uma vez que os esclarecimentos devidos já são prestados aos passageiros.

modificado em 29/09/2015 às 11:42

PL 3422/2008

Autor: Senado Federal - CPI do Apagão Aéreo

Relator: Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

Obs.: origem PLS 702/07 Árvore de pensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 11:40

O que é

Altera a Lei nº 7.565/86, para obrigar as empresas aéreas a divulgarem a lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

modificado em 29/09/2015 às 11:40

Situação

CD ? 17/03/2011 - Encaminhado à publicação

modificado em 29/09/2015 às 11:40

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL contém vício de inconstitucionalidade, uma vez que viola o inciso X do art. 5º da CF, que protege a intimidade, a honra e a imagem das vítimas, além de contrariar o Anexo 13 da Convenção de Aviação Civil Internacional (Convenção de Chicago), promulgado no Brasil pelo Decreto nº 21.713, de 1946.

Além disto, é incompatível com as normas do CBA, que estabelecem regras específicas sobre o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER), regulamentadas pelo Decreto nº 87.249, de 1982.

modificado em 29/09/2015 às 11:40

PL 2822/2008

Autor: Deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS)

Relator: Deputado Luiz Carlos (PSDB-AP)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Dispor sobre publicidade da Apólice ou Certificado de Seguro.

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 11:37

O que é

Altera os arts. 283 e 302 da Lei nº 7.565/86, para dispor sobre a publicidade da Apólice ou Certificado de Seguro.

modificado em 29/09/2015 às 11:37

Situação

CD - Mesa Diretora, em 31/01/2015: arquivado. PL será retirado na próxima atualização.

02/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Devolução à CCP

modificado em 29/09/2015 às 11:37

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL propõe que a comprovação do seguro exigido pelo art. 281 do CBA (todo o operador é obrigado a contratar seguro para garantir eventual indenização de riscos futuros em relação aos danos previstos no CBA) deve ser pública, mediante a divulgação de cópia da Apólice ou Certificado de Seguro em sítio na rede mundial de computadores e em local visível no interior das aeronaves, estabelecendo multa pelo descumprimento.

O PL é rigorosamente irracional, não fosse só pelo tamanho das apólices a serem divulgadas, como também pelo fato de que as mesmas de regra são realizadas para toda a frota de aeronaves de cada uma das empresas, cobrindo também outras hipóteses de danos que não os exclusivamente previstos no CBA.

Além disto, a realização dos seguros é comprovada perante a autoridade de aviação civil (art. 283 do CBA) e abrange aspectos confidenciais que não podem ser divulgados, conforme a prática internacional.

modificado em 29/09/2015 às 11:37

PL 1257/2007

Autor: Dep. Ciro Pedrosa (PV/MG)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Obriga as empresas a orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda
Obs.: tramita em conjunto o PL 121/10

modificado em 29/09/2015 às 11:35

O que é

Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.257-D, de 2007, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda?

modificado em 29/09/2015 às 11:35

Situação

CD ? CCJC, aguardando designação de relator. O PL 1.257/2007 foi aprovado por unanimidade na CSSF no dia 02.06.2.015.

modificado em 29/09/2015 às 11:35

Nossa Posição

CONVERGENTE

O PL propõe que as empresas de transporte coletivo fiquem obrigadas a orientar aos passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda, antes do início da viagem, de acordo com as normas internacionais e nacionais de prevenção da trombose venosa profunda, bem como delega ao Poder Executivo, a regulamentação sobre a forma e o conteúdo da orientação aos passageiros.

modificado em 29/09/2015 às 11:35

PL 4847/2005

Autor: Dep. Paulo Magalhães ? (PFL/BA)

Relator: Dep. Fernando de Fabinho (DEM-BA)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Arrendamento de aeronaves

Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 11:34

O que é

Altera a Lei nº 11.101/05, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresarial. Estabelece que em caso de recuperação judicial e falência das sociedades empresárias, em nenhuma hipótese ficará suspenso o exercício de direitos derivados de contratos de arrendamento mercantil de aeronaves ou de suas partes?.

modificado em 29/09/2015 às 11:34

Situação

CD - 06/02/2015 ? Desarquivado Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa 12/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a

solicitação de desarquivamento constante do REQ-438/2015.
modificado em 29/09/2015 às 11:34

Nossa Posição

CONVERGENTE

A aprovação do art. do PL que trata do arrendamento de aeronaves reduzirá o risco dos arrendadores, podendo contribuir para a redução nos preços dos arrendamentos. Todavia, os pareceres já apresentados no âmbito das Comissões Técnicas (CTASP e CDEIC) são contrários.

modificado em 29/09/2015 às 11:34

PL 3772/1997

Autor: Deputado Adylson Motta (PPB/RS)

Relator: Deputado Ronaldo Perim (PMDB/MG)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Proibição de transporte de arma e a condução de preso de alta periculosidade
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 11:31

O que é

Proíbe o porte de arma de fogo e a condução de preso com escolta armada em voo comercial regular.

modificado em 29/09/2015 às 11:31

Situação

CD ? 03/02/1998 - Plenário Pronto para a pauta.

modificado em 29/09/2015 às 11:31

Nossa Posição

CONVERGENTE

O PL, na redação do Substitutivo apresentado pelo Deputado Leur Lomanto, restringe o transporte na aviação regular ou em aeronave para transporte de turistas, salvo com autorização especial do órgão competente, o transporte de explosivos, munições, armas de fogo, material bélico, equipamentos destinados a levantamento aerofotogramétrico ou de prospecção, ou, ainda, de quaisquer outros objetos ou substâncias consideradas perigosas para a segurança pública, da própria aeronave ou dos passageiros. Proíbe, também, aos passageiros, o porte, durante o voo, de arma de fogo e, às autoridades policiais, a condução de presos de alta periculosidade, salvo prévio atestado judicial da inexistência de periculosidade.

O PL atende antiga reivindicação das empresas aéreas, devendo o setor encaminhar manifestação favorável à aprovação, se for o caso.

modificado em 29/09/2015 às 11:31

PL 3628/1997

Autor: Deputado Vic Pires Franco (PFL/PA)

Relator: Deputado Décio Lima (PT/SC)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Divulgação de nota após acidente aéreo com vítimas
Árvore de pensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 11:29

O que é

Altera a alínea "j" do inciso III do art. 302 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.
modificado em 29/09/2015 às 11:29

Situação

CD - CCJ, Pronta para Pauta com parecer favorável do Relator.
24/04/2013 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ?CCJC - Parecer do Relator, Dep. Décio Lima (PT-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, e da EMS 3628/1997, apensado, com emenda
25/11/2014 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Indeferido o Requerimento n. 10.742/2014, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido contido no Requerimento n. 10.742/2014, com fundamento no art. 163, I, e no art. 164, I e II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se".

modificado em 29/09/2015 às 11:29

Nossa Posição

DIVERGENTE
O PL estabelece a obrigatoriedade das concessionárias de serviço aéreo divulgarem nota oficial, em caso de acidente aéreo com vítimas, no prazo de 90 (noventa) dias após ocorrido o fato, sob pena de multa.
A proposição contém vício de inconstitucionalidade, porque viola o inciso X do art. 5º da Constituição, que protege a intimidade, a honra e a imagem das vítimas, além de contrariar o Anexo 13 da Convenção de Aviação Civil Internacional (Convenção de Chicago), promulgado pelo Decreto nº 21.713, de 1946. Além disso, é incompatível com as normas do CBA, que estabelecem regras específicas sobre o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER), regulamentadas pelo Decreto nº 87.249, de 1982.

modificado em 29/09/2015 às 11:29

PL 2417/1991

Autor: Deputado Jackson Pereira (PSDB/CE)

Relator: Deputado Nilson Gibson (PMN/PE)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Fixa valor mínimo para comissionamento de agências de viagem

Árvore de pensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 11:22

O que é

Aumenta para 15% a comissão das agências viagem ou turismo referente a venda de passagens aéreas.

modificado em 29/09/2015 às 11:22

Situação

CD - Mesa Diretora, em 19/11/1997: aguarda deliberação de Recurso, que solicita apreciação pelo Plenário. Em 23.06.15 foi aprovado recurso nº205/1.997. A matéria virá a pauta do Plenário oportunamente.

O PL está relacionado entre os que aguardam deliberação para o Plenário por ordem do Presidente da Câmara.

modificado em 29/09/2015 às 11:22

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL dispõe sobre as atividades, o registro e o funcionamento das agências de viagens e turismo e dá outras providências.

No art. 19, o PL propõe que as Agências façam jus ao recebimento de comissão nos seguintes valores: mínimo de 15% sobre o valor de venda de passagens aéreas; mínimo de 10% sobre o valor da operação, quando se tratar de intermediação ou agenciamento de carga, excursão e outros serviços de viagens, turismo e locação.

Sobre a matéria e em data posterior a apresentação do PL foi editada a Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, do Comandante da Aeronáutica, estabelecendo que a comissão paga aos agentes de viagem e de carga, na venda de passagens e/ou fretes aéreos, são livremente negociadas entre as empresas aéreas e os agentes credenciados. De igual modo e com o mesmo efeito, foi editada a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008), que também não interfere nas relações comerciais entre as empresas aéreas e o comissionamento de agentes de viagens.

A proposição, portanto, é incompatível a economia de mercado e com os princípios constitucionais que informam a ordem econômica, não havendo nenhuma justificativa para a pretendida intervenção estatal.

modificado em 29/09/2015 às 11:22

PL 3691/2012

Autor: Deputado Leonardo Gadelha (PSC/PB)

Relator: Deputada Nilda Gondim (PMDB-PB)

Status: em acompanhamento

Tema: Administração Aeroportuária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Instalação de finger nos aeroportos

Obs. Arquivada

modificado em 29/09/2015 às 10:40

O que é

Obriga as administrações aeroportuárias a disponibilizar aos consumidores a instalação de "fingers" (pontes de comunicação entre o terminal e a aeronave) nos aeroportos onde opera aviação regular.
modificado em 29/09/2015 às 10:40

Situação

CD - Mesa Diretora, em 31/01/2015: projeto arquivado. PL será retirado na próxima atualização.
08/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Devolução à CCP
modificado em 29/09/2015 às 10:40

Nossa Posição

CONVERGENTE

O PL tem por finalidade obrigar as administrações aeroportuárias a disponibilizar aos consumidores, em aeroportos que operem transporte aéreo regular com fluxo de embarque e desembarque superior a 300 (trezentos) mil passageiros/ano, a implantação de ?fingers? (pontes ou plataformas de comunicação entre o terminal e a aeronave), de modo a assegurar o aumento da eficiência das operações aeroportuárias e a qualidade dos serviços prestados aos passageiros, sobretudo garantir acesso adequado às aeronaves dos passageiros portadores de necessidades especiais.

modificado em 29/09/2015 às 10:40

PL 2318/2011

Autor: Deputado Ratinho Junior (PSC/PR)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Administração Aeroportuária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Instalação de finger ou elevador nos aeroportos para deficientes
Obs.: Apensado ao PL 705/2007

modificado em 29/09/2015 às 10:37

O que é

Torna obrigatória a instalação de plataforma ou passarela de passageiros que ligam os portões de embarque em aeroportos às aeronaves, do tipo finger ou elevador portátil para deficientes
modificado em 29/09/2015 às 10:37

Situação

CD - Prejudicado. PL será retirado na próxima atualização.
modificado em 29/09/2015 às 10:37

Nossa Posição

CONVERGENTE

O PL estabelece que os aeroportos ficam obrigados a instalar pelo menos uma passarela de passageiros que ligue os portões de embarque às aeronaves, do tipo finger, de modo a possibilitar o trânsito confortável da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A determinação para que as administrações aeroportuárias melhorem as condições de embarque e

desembarque dos passageiros portadores de necessidades especiais às aeronaves é correta e compatível com os substanciais recursos arrecadados com a cobrança de tarifas aeroportuárias.

modificado em 29/09/2015 às 10:37

PL 3419/2008

Autor: Senado Federal - CPI do Apagão Aéreo

Relator: Deputado Vicente Candido (PT-SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Administração Aeroportuária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Venda de slots em aeroportos congestionados

Obs.: origem no SF PLS 703/2007 Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 10:35

O que é

Altera a Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

modificado em 29/09/2015 às 10:35

Situação

CD - CCJ, em 18/04/2012: pronto para pauta, com parecer do Relator pela injuridicidade

modificado em 29/09/2015 às 10:35

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL propõe que o operador de aeroporto congestionado poderá, após autorização da autoridade de aviação civil, alienar, mediante leilão, direitos de pouso ou decolagem em datas e horários específicos (slots), que apresentem alta densidade de tráfego aéreo. Os slots integrarão o patrimônio de seus titulares e poderão ser livremente negociados em mercado secundário.

O PL não assegura, em nenhum dos seus aspectos, o aumento da eficiência da aviação civil, porque não consegue satisfazer, simultaneamente, as três metas perseguidas pelas autoridades de aviação civil: 1 ? maximizar a eficiência da utilização de slots; 2 ? garantir a disponibilidade de rotas para destinos periféricos; 3 ? promover a competição entre as companhias aéreas, beneficiando os usuários.

A crítica a programas assemelhados é que tal pratica tende a aumentar a concentração de horários para apenas alguns exploradores, que se beneficiariam de suas economias de escala e de rede para adquirir slots, de modo a assegurar aumento de produtividade em termos de assentos/km produzidos, empregando, para tanto, aeronaves maiores e optando por voar para destinos nacionais ou internacionais, em detrimento de mercados regionais.

modificado em 29/09/2015 às 10:35

PL 6454/2005

Autor: Deputado Milton Monti (PR-SP)

Relator: Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco

Obriga as aeronaves a portarem equipamentos de primeiros socorros

Obs. Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 10:27

O que é

Obriga as aeronaves a portarem equipamentos de primeiros socorros e dá outras providências

modificado em 29/09/2015 às 10:27

Situação

CD ? CSSF. Em 09.06.15 parecer da relatora, Deputada Conceição Sampaio (PP/AM), pela aprovação deste PL 6454/2005 e pela rejeição do PL 2.529/07, apensado, e do Substitutivo da CDC. Em 24.06.15 o parecer foi aprovado por unanimidade. Em 21.07.15, recebimento pela CVT com o PL 2.529/07, apensado.

26/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

13/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - A Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição.

modificado em 29/09/2015 às 10:27

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL estabelece que as aeronaves nacionais e estrangeiras, em voos comerciais, com partida ou chegada em aeroportos nacionais, tenham a bordo os seguintes equipamentos de primeiros socorros: 1 - local adaptável para transformação em maca de acomodação de pessoas na posição horizontal; 2 - aparelho desfibrilador; 3 - balão de oxigênio; 4 - medicamentos anti-convulsivos para indicação cardíaca, e de uso geral em situação de emergência.

O PL 2.529/2007, a ele apensado, torna obrigatória a presença de médico ou enfermeiro em todos os voos comerciais, domésticos e internacionais.

Os PLs tratam de assuntos sujeitos à regulamentação da ANAC, a quem cabe expedir normas a serem cumpridas pelas prestadoras de serviços aéreos, inclusive quanto à formação e treinamento de pessoal especializado, habilitação de tripulantes, equipamentos, materiais, produtos e processos que utilizarem e serviços que prestarem (Lei nº 11.182/05, art. 8º).

Além disso suas regras são insuscetíveis de serem aplicadas a aeronaves estrangeiras, cujas operações sujeitam-se a regras estabelecidas em acordos, tratados e convenções internacionais.

modificado em 29/09/2015 às 10:27

PL 4050/2004

Autor: Senador Tião Viana (PT-AC)

Relator: Deputado Ronaldo Fonseca (PR-DF)

Status: em acompanhamento

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

Obriga as aeronaves a portarem aparelho desfibrilador

Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 10:24

O que é

Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e veículos que especifica.

modificado em 29/09/2015 às 10:24

Situação

CD ? CCJ, aguardando votação do parecer favorável do Relator.

30/06/2015 - Defiro o Requerimento n. 2.211/2015, nos termos do art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Revejo o despacho inicial apostado ao Projeto de Lei n. 4.050/2004, para incluir a análise de mérito pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 4.050/2004: À CSSF e à CCJC - Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. Regime de tramitação: Prioridade.

15/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Parecer do Relator, Dep. Ronaldo Fonseca (PROS-DF), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, da Emenda nº 1/2004 da Comissão de Segurança Social e Família e do PL 4443/2004, apensado, com Substitutivo.

modificado em 29/09/2015 às 10:24

Nossa Posição

DIVERGENTE

Trata-se de proposição de ordem geral, que obriga diversos estabelecimentos (rodoviárias, ferroviárias, aeroportos, portos, centros comerciais, estádios, ginásios esportivos, hotéis, templos e outros locais com aglomerações ou circulação igual a superior a 2000 pessoas por dia) e veículos (trens, metros, aeronaves e embarcações com capacidade igual ou superior a cem passageiros, além de ambulâncias e viaturas de resgate, policiais ou bombeiros), a incluírem desfibriladores cardíacos entre seus equipamentos obrigatórios.

O PL foi aprovado pela CSSF, tendo sido rejeitada a EMC CSSF 1/2004 e o PL 4.443/2004, nos termos do voto do Relator, Dep. Walter Feldman (PSDB-SP).

A iniciativa, se convertida em lei, implicará em alteração na configuração das aeronaves, implicando em acréscimos de custos operacionais que serão repassados para os preços das passagens aéreas.

modificado em 29/09/2015 às 10:24

PL 1424/2015

Autor: Senador Pedro Taques (PDT/MT)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Restituição do valor do bilhete em caso de cancelamento ou remarcação

Obs.: Origem: PLS 757/2011. Apensado ao PL 4.785/2012.

modificado em 29/09/2015 às 10:21

O que é

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para regular a restituição de quantia paga por bilhete aéreo nos casos de cancelamento da viagem por iniciativa do passageiro e a cobrança de taxa em caso de alteração do voo.

modificado em 29/09/2015 às 10:21

Situação

CD - Apensado ao PL 4.785/12

28/08/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2857/2015, pelo Deputado Alan Rick (PRB-AC), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL 6716/2009 e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo".

modificado em 29/09/2015 às 10:21

Nossa Posição

DIVERGENTE

A proposição objetiva assegurar ao passageiro que, por qualquer motivo, não utilizar o bilhete de passagem e independentemente do tipo de tarifa escolhida, o direito à restituição da quantia efetivamente paga, descontada uma taxa de serviço correspondente a, no máximo 5% do valor pago para os pedidos formulados com antecedência de pelo menos 5 (cinco) dias da data prevista para a viagem e 10% (do valor pago nos demais casos, podendo tais taxas serem aplicadas pelo transportador quando o passageiro requerer a alteração do voo.

A proposta interfere na liberdade assegurada às empresas de fixarem as regras de suas tarifas (Lei nº 11.182, de 2005, art. 49), o que implicará na elevação dos custos de suas transações no mercado, com efeitos danosos sobre os preços das passagens aéreas, que resultará em prejuízo para os próprios consumidores.

modificado em 29/09/2015 às 10:21

PL 535/2015

Autor: Deputado Carlos Gomes ? (PRB/RS)

Relator: Deputada Geovania de Sá (PSDB-SC)

Status: em acompanhamento

Tema: Administração Aeroportuária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Direito do consumidor PNAE

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 10:19

O que é

Assegura às pessoas com deficiência auditiva o direito a atendimento por tradutor ou interprete de LIBRAS nos órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, fundacional e nas empresas concessionárias de serviços públicos.

modificado em 29/09/2015 às 10:19

Situação

CD - CTASP. Em 29.06.15 foi apresentado pela relatora parecer pela aprovação da matéria. Em 15.07.15 foi devolvido a relatora para opinar sobre o apensamento do PL 2.230/15

modificado em 29/09/2015 às 10:19

Nossa Posição

DIVERGENTE

Trata-se de matéria já amplamente disciplinada em normas legais e em regulamentos de execução, que protegem os direitos e interesses das pessoas portadoras de necessidades especiais.

modificado em 29/09/2015 às 10:19

PL 534/2015

Autor: Deputado Carlos Gomes (PRB/RS)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

Transporte de animais domésticos

Obs.: Apensado ao PL 274/2015 Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 10:16

O que é

Dispõe sobre o transporte de animais domésticos e de cães-guia em veículos de transporte terrestre, aéreo e aquaviário.

modificado em 29/09/2015 às 10:16

Situação

CD ? Apensado

modificado em 29/09/2015 às 10:16

Nossa Posição

DIVERGENTE

Assegura aos proprietários de animais domésticos o direito de transporte de cães e gatos nas linhas regulares nacionais, interestaduais e intermunicipais de transporte terrestre, aéreo e aquaviário, não podendo os mesmos sejam incluídos na franquia da bagagem, permitindo que o animal doméstico de até 8 (oito) quilogramas possa ser transportado na cabine de passageiros, a critério da empresa de transporte, devendo ficar em compartimento apropriado, e sem causar desconforto aos demais passageiros. Limita o transporte na cabine de passageiros a 2 (dois) animais por veículo por viagem, assegurando ao deficiente visual o direito de ingressar e permanecer acompanhado de cão-guia, independente do peso do animal e do pagamento de tarifa.

Por fim, estabelece que suas regras se apliquem a todas as modalidades de transporte, intermunicipal, interestadual e internacional com origem no território brasileiro, independente de peso e de cobrança de tarifa, limitado a um animal por passageiro.

Trata-se de matéria cuja regulação já foi atribuída à ANAC, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005

modificado em 29/09/2015 às 10:16

PL 4785/2012

Autor: Senadora Ana Amélia (PP/RS)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Restituição do valor do bilhete em caso de cancelamento ou remarcação

Obs.: com origem no PLS 24/12. Árvore de apensados e outros documentos da matéria. Apensado ao PL 6716/2009

modificado em 29/09/2015 às 09:49

O que é

Altera o art. 228 da Lei n. 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para inserir a hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou remarcação da data da viagem pelo passageiro.

modificado em 29/09/2015 às 09:49

Situação

CD ? Apensado a este PLS4.785/12 o PL1.424/15

19/05/2015 - Mesa diretora da Câmara - Apense-se a este(a) o(a) PL-1424/2015

modificado em 29/09/2015 às 09:49

Nossa Posição

DIVERGENTE

A proposição objetiva assegurar ao passageiro que, por qualquer motivo, não utilizar o bilhete de passagem e independentemente do tipo de tarifa escolhida, o direito à restituição da quantia efetivamente paga, descontada uma taxa de serviço correspondente a, no máximo, 10% (dez por cento) desse valor, aplicandodo-se a mesma taxa no caso de remarcação de voo.

A proposta interfere na liberdade assegurada às empresas de fixarem as regras de suas tarifas (Lei nº 11.182, de 2005, art. 49), o que implicará na elevação dos custos de suas transações no mercado, com efeitos danosos sobre os preços das suas passagens aéreas.

modificado em 29/09/2015 às 09:49

PL 3249/2012

Autor: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco	atendimento prioritário modificado em 28/09/2015 às 17:42
O que é	Altera a Lei nº 10.048, de 2000, que 'dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências', para determinar atendimento prioritário e reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida?. modificado em 28/09/2015 às 17:42
Situação	CD ? pronto para apreciação pelo Plenário. Em 30.03.15 foi apresentado o Requerimentodo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB) que ?Solicita inclusão na Ordem do Dia do PLS3.249/12?. 01/04/2015 - Pronto para apreciação pelo Plenário, com prioridade. modificado em 28/09/2015 às 17:42
Nossa Posição	CONVERGENTE O PL prevê atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou obesidade mórbida, aos idosos com idade superior a 60 anos e às gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo. Determina, também, a reserva de assentos especiais para as mesmas pessoas, devidamente identificados, assim como a reserva de 2 (dois) assentos contíguos destinados a pessoas com obesidade mórbida. A iniciativa determina providências já adotadas pelas empresas de transporte aéreo. modificado em 28/09/2015 às 17:42

PL 7982/2010

Autor: Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG)

Relator: Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	Oferta de alternativas quando do impedimento do oferecimento do serviço Árvore de apensados e outros documentos da matéria modificado em 28/09/2015 às 17:27
O que é	Determina que as empresas de transporte ofereçam alternativas aos usuários quando do impedimento do oferecimento do serviço. modificado em 28/09/2015 às 17:27

Situação	CD ? CCJC - Aguardando Parecer do Relator Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) modificado em 28/09/2015 às 17:27
Nossa Posição	<p>DIVERGENTE</p> <p>A proposição prevê que quando o passageiro ficar impedido de se deslocar para o destino que deseja, por deficiência do transporte que contratou, seja aéreo, terrestre ou marítimo, terá perante a empresa que lhe vendeu a passagem o direito de requerer outro meio de transporte para chegar ao local pretendido, o que será providenciado por aquela que assumirá a responsabilidade pelas consequências do não cumprimento dessas medidas.</p> <p>Em que pese à boa intenção do autor do projeto, a proposição é desnecessária, uma vez que a situação que se pretende regular já estar contemplada no art. 741 do Código Civil, verbis: ?Art. 741. Interrompendo-se a viagem por qualquer motivo alheio à vontade do transportador, ainda que em consequência de evento imprevisível, fica ele obrigado a concluir o transporte contratado em outro veículo da mesma categoria, ou, com a anuência do passageiro, por modalidade diferente, à sua custa, correndo também por sua conta as despesas de estada e alimentação do usuário, durante a espera de novo transporte.? Além disto, em quase todas as normas legais e regulamentares aplicáveis aos diferentes tipos de transporte existe a previsão de o transportador contratual responsabilizar-se, direta ou indiretamente, pela conclusão da viagem, sempre às suas expensas, tal como ocorre no modal aéreo (arts. 229 e segs. do CBA).</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:27</p>

PL 730/2007

Autor:	Deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB-PE)			Relator:	Deputado Maçãl Filho (PMDB-MS)		
Status:	em acompanhamento	Tema:	Relações de Consumo	Prioridade:	Sim	Notas Técnicas:	Sim
Foco	<p>Requisitos para divulgação de assentos com tarifas promocionais</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:23</p>						
O que é	<p>Acrescenta artigo à Lei nº 7.565/86 (CBA), para obrigar as empresas aéreas a divulgarem, na sua publicidade, a quantidade de assentos oferecidos com tarifas promocionais em cada voo (tarifas praticadas com preço reduzido, de caráter temporário, com período definido de início e de término de venda e de utilização, válidas em voos pré- selecionados) e a informarem, previamente, ao Departamento de Aviação Civil, para cada promoção, o período de vendas, a quantidade de assentos disponibilizados em cada voo, o preço da tarifa, o período de validade da promoção e demais regras tarifárias.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:23</p>						
Situação	<p>CD ? 05/03/2015 ? Desarquivado. Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ? CCJC</p>						

modificado em 28/09/2015 às 17:23

Nossa Posição

DIVERGENTE

As exigências previstas na proposição legislativa consubstanciam indevida interferência no setor privado e contém potencial efetivo para distorcer os mecanismos de mercado, com prejuízo para a livre concorrência e a competitividade das empresas aéreas brasileiras perante suas congêneres estrangeiras.

Além disto, tais exigências são insuscetíveis de serem cumpridas, uma vez que as promoções tarifárias refletem, a cada momento, o resultado entre a oferta e a demanda por assentos, o que pode ocorrer até minutos antes do horário estabelecido para o voo.

A interferência, portanto, nos mecanismos de mercado (lei da oferta e da procura) é desastrosa, impedindo que a interação entre as empresas e os passageiros seja eficiente, tendo como resultado níveis adequados de quantidade e preços.

VER PLS 3568/2008

modificado em 28/09/2015 às 17:23

PL 6716/2009

Autor: Senador Paulo Otávio (PFL-DF)

Relator: Deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB/PR) - CESP

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco

Aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo

Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria apensados 60 outros projetos de lei

modificado em 28/09/2015 às 16:57

O que é

Altera a Lei nº 7.565/86 (CBA), para ampliar a possibilidade de participação de pessoas estrangeiras, naturais ou jurídicas, no capital das empresas brasileiras de transporte aéreo público regular, no limite de até 49% do capital com direito a voto.

modificado em 28/09/2015 às 16:57

Situação

CD ? Plenário em 20/03/2013 (matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes, com Substitutivo do Relator). No dia 10.03.15 houve a apresentação do Requerimento nº887/1, do Dep. Carlos Eduardo Cadoca(PCdoB/PE) que ?Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL6.716/2009, que amplia a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreoEste projeto tem uma árvore de 60 projetos apensados.

28/08/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2857/2015, pelo Deputado Alan Rick (PRB-AC), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL 6716/2009 e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo"

modificado em 28/09/2015 às 16:57

Nossa Posição	CONVERGENTE
	O PL flexibiliza a participação do capital estrangeiro nas empresas brasileiras de transporte aéreo público regular, estabelecendo limite de participação que não prejudica o controle nacional, que se justifica em razão do caráter estratégico do setor.
	modificado em 28/09/2015 às 16:57

PL 1025/2015

Autor:	Deputado Bruno Covas (PSDB/SP)			Relator:	Dep.Clarissa Garotinho (PP/RJ)							
Status:	em acompanhamento			Tema:	Aeronautas e Aeroviários		Prioridade:	Não		Notas Técnicas:	Sim	
Foco	<div>Tratamento psicológico gratuito aos aeronautas</div> <div>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</div> <div>modificado em 28/09/2015 às 16:42</div>											
O que é	<div>Dispõe sobre a obrigatoriedade da companhia aérea oferecer gratuitamente serviço de acompanhamento psicológico aos pilotos, copilotos e demais empregados.</div> <div>modificado em 28/09/2015 às 16:42</div>											
Situação	<div>CD - CVT Aguardando Parecer do Relatora Dep. Clarissa Garotinho (PP/RJ)</div> <div>modificado em 28/09/2015 às 16:42</div>											
Nossa Posição	<div>DIVERGENTE</div> <div>O PL tem por finalidade obrigar as companhias aéreas a oferecer atendimento psicológico gratuito e periódico aos pilotos, copilotos e demais empregados que trabalham como tripulantes nos voos que operam no país. Estabelece também que em caso de inaptidão do funcionário para participação de voos, o profissional de saúde deverá notificar diretamente à companhia aérea empregadora, resguardados os motivos sob sigilo profissional e fixa multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia/funcionário nos casos de descumprimento.</div> <div>As empresas aéreas já cumprem rigoroso e amplo programa de acompanhamento da saúde de seus funcionários, implementado de acordos com normas e recomendações previstas em tratados e acordos internacionais e na legislação aeronáutica brasileira, sendo o PL desnecessário para a aplicação da medida prevista.</div> <div>modificado em 28/09/2015 às 16:42</div>											

PL 8255/2014

Autor: Senador Blairo Maggi (PR-MT) **Relator:** Dep. Clarissa Garotinho (PP/RJ)

Status: em acompanhamento **Tema:** Aeronautas e Aeroviários **Prioridade:** Sim **Notas Técnicas:** Não

Foco	<p>Estabelecer novas regras trabalhistas para o exercício da profissão de aeronauta</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p>
O que é	<p>Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, estabelece novas regras para o exercício da profissão e revoga a Lei nº 7.183/84.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p>
Situação	<p>CD ? CVT Aprovado em 08.07.15. o substitutivo da relatora, Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ), com voto em separado do Deputado Nelson Markezelli (PTB/SP). Neste mesmo dia, encaminhado para a CCP (Coordenação de Comissões Permanentes). Encaminhado a CETASP e em 14.07.15, o Presidente Benjamim Maranhão (SD/PB) avocou a relatoria do PL. Em 15.07.15. foi aberto o prazo para emendas ao projeto (05 sessões a partir de 16.07.15).</p> <p>11/08/2015 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p>
Nossa Posição	<p>DIVERGENTE</p> <p>O Substitutivo ao PLS 434/2011, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (Relator Senador Paulo Paim ? PT/RS), em deliberação terminativa colhida em dois turnos de votação, alterou a proposição inicial, de autoria do Senador Blairo Maggi (PR/MT), para criar uma nova profissão (tripulante de aeronave) e, por meio deste artifício, estabelecer profunda alteração nas regras que disciplinam o exercício da profissão de aeronauta, com o objetivo de ampliar a intervenção nas relações entre capital e trabalho, em sentido oposto à necessária priorização da negociação voluntária e descentralizada, que permite um permanente e rápido ajuste às mudanças socioeconômicas em curso.</p> <p>A proposição altera, significativamente, a regulação atual sobre a composição da tripulação, o regime de trabalho (abrangendo escala de serviços, jornadas de trabalho, sobreavisos e reservas, viagens, limites de voo e de pouso, períodos de repouso, folgas periódicas), a remuneração e concessão de benefícios (alimentação, assistência, uniformes e férias), as transferências de residência e a implantação, gerenciamento e fiscalização de programas de controle de risco da fadiga humana, com o indistigável propósito de aumentar a remuneração dos aeronautas.</p> <p>Tais assuntos podem e devem ser resolvidos mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, como autorizado na Constituição Federal. A solução pela via legislativa impede e desestimula a negociação coletiva, que é o melhor caminho para preservar necessidades dos trabalhadores e das empresas</p> <p>O impacto do projeto é especialmente relevante para as empresas brasileiras de transporte aéreo regular que terão dificuldades para absorver ou repassar a elevação dos custos trabalhistas para as passagens aéreas e competir em igualdade de condições com suas congêneres estrangeiras no transporte aéreo internacional. O projeto, portanto, pode comprometer o crescimento do mercado de transporte aéreo e a sobrevivência das empresas e dos empregos que geram.</p>

modificado em 28/09/2015 às 16:40

PL 7564/2014

Autor: Deputado Carlos Bezerra (PMDB -MT)

Relator: Deputado José Stédile (PSB-RS)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco

Aeronautas: adicional de periculosidade

Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria apensado ao PL 4.824/2012

modificado em 28/09/2015 às 16:35

O que é

Concessão de adicional de periculosidade para os tripulantes quando permanecerem dentro da aeronave durante o seu abastecimento.

modificado em 28/09/2015 às 16:35

Situação

CD ? Apensado ao PL 4.824/2012

modificado em 28/09/2015 às 16:35

Nossa Posição

DIVERGENTE

O adicional de periculosidade só é devido quando há o contato do empregado com o agente inflamável em situação de risco acentuado. Esse requisito não se verifica na hipótese do aeronauta que permanece a bordo da aeronave durante seu abastecimento, como reiteradamente vem sendo reconhecido pelo Tribunal Superior do Trabalho.

modificado em 28/09/2015 às 16:35

PL 4824/2012

Autor: Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS)

Relator: Deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco

Estabelecer novas regras trabalhistas para o exercício da profissão de aeronauta

Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:32

O que é

Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, estabelece regras para o exercício da profissão e revoga a Lei nº 7.183/84 (Estatuto do Aeronauta).

modificado em 28/09/2015 às 16:32

Situação

CD ? CTASP Aguardando Parecer do Relator Dep. Luiz Fernando Faria (PP-MG).

modificado em 28/09/2015 às 16:32

Nossa Posição

DIVERGENTE

O Substitutivo aprovado na CVT, na forma do parecer do Deputado José Stédile (PSB-RS), altera as regras atuais que disciplinam o exercício da profissão de aeronauta, em sincronia com proposição idêntica já aprovada no Senado Federal (PLS 434/2011).

Vide observações, na página 15. ao PL 8.255/14 (origem PLS 434/2011)

modificado em 28/09/2015 às 16:32

PL 5865/1990

Autor: Deputado Celio de Castro (PSB/MG)

Relator: Deputado Andre Benassi (PSDB/SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Organização dos quadros de carreira dos aeroviários
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:27

O que é

Acrescenta dispositivos ao Decreto nº 1.232, de 22 de junho de 1962 (Regulamenta a profissão de Aeroviário).

modificado em 28/09/2015 às 16:27

Situação

CD - Plenário, em 25/04/2000: pronto para a Ordem do Dia.

modificado em 28/09/2015 às 16:27

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL tem por finalidade ampliar a regulação do exercício da profissão de aeroviário (trabalhador que, não sendo aeronauta, exerce função remunerada nos serviços terrestres de empresas de transportes aéreos, aeroclubes, escolas de aviação civil, bem como o titular ou não, de licença e certificado, que preste serviço de natureza permanente na conservação, manutenção e despacho de aeronaves.), para impor às empresas que exploram serviços aéreos de qualquer natureza, bem como aos demais empregadores não aeroviários cujos grupos de funcionários do setor de transporte aéreo sejam constituídos de mais de 10 (dez) empregados, a criação de quadros de aeroviários organizados em carreira, a serem devidamente homologados pelo Ministério do Trabalho. Além disto, o projeto fixa regras para a ascensão funcional dos trabalhadores aeroviários e determina a criação de uma comissão paritária, formada por representantes das categorias econômica e profissional indicados por suas entidades sindicais de nível nacional, que terá por atribuição fixar os critérios e os requisitos para a implantação dos quadros de carreira em cada empresa.

A proposta de intervenção estatal na relação entre as empresas aéreas e os aeroviários não é desejável, sobretudo diante de situações como as do presente caso, que podem e devem ser equacionadas mediante normas coletivas livremente estabelecidas entre as partes, que melhor se adequariam à realidade produtiva e às necessidades do mercado de trabalho, não desestimulando restringindo ou limitando o estabelecimento de acordos ou convenções coletivas que reflitam,

efetivamente, a necessidade e o interesse das partes.

modificado em 28/09/2015 às 16:27

PL 4999/1990

Autor: Senador Roberto Saturnino (PDT-RJ)

Relator: Deputado Nilson Gibson (PMN/PE)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Adicional de periculosidade para os aeroviários
Obs.: origem no Senado Federal (PLS 320/85)
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:25

O que é

Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aeroviários, nas funções que especifica.
modificado em 28/09/2015 às 16:25

Situação

CD - Mesa Diretora, em 09/05/1996: aguarda deliberação de recurso que solicita apreciação pelo Plenário. Está na relação de PLs que o Plenário pode apreciar para exame do recurso.
23/06/2015 - Aprovado o Recurso n. 70/1996. A matéria virá à pauta do Plenário oportunamente.

modificado em 28/09/2015 às 16:25

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL tem por finalidade assegurar a percepção do adicional de insalubridade, em valor correspondente ao grau médio, os trabalhadores da categoria dos aeroviários que exercem as seguintes funções: a) recepcionistas; b) despachantes operacionais de vôo; c) despachantes (técnico de tráfego e de carga); d) conferentes (de carga, de tráfego e de comissaria); e) motoristas; f) tarifeiros; g) escaladores de tripulantes; h) faxineiros de avião, fixos na rampa; i) ajudantes de linha, fixos na rampa; j) chefes de equipe, fixos na rampa; l) motoristas, fixos na rampa; m) auxiliares de supervisor, fixos na rampa; n) supervisores, fixos na rampa; o) apontadores de pista, fixos na rampa; p) coordenadores de manutenção, fixos na rampa; q) mecânicos de manutenção, fixos na rampa; r) funcionários dos hangares de manutenção; e s) funcionários dos hangares de carga.

Trata-se de projeto rigorosamente desnecessário, uma vez que a prestação de serviços em ambientes insalubres devidamente caracterizados de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes já assegura aos trabalhadores o respectivo adicional.

modificado em 28/09/2015 às 16:25

PL 4477/1989

Autor: Deputado Jose Maria Eymael (PDC/SP)

Relator: Deputado Vilmar Rocha (PFL/GO)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Instalação de poltrona e beliche para descanso de tripulantes
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:23

O que é

Modifica a Lei nº 7.183/84, para determinar a instalação de poltrona e beliche para descanso de tripulantes a bordo de aeronaves.

modificado em 28/09/2015 às 16:23

Situação

CD - Pronta para Ordem do Dia, em 20/02/1994.

SEM NOTA TECNICA

modificado em 28/09/2015 às 16:23

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL propõe nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.183/84, para assegurar às tripulações compostas a utilização, em turnos de rodízio, quantidade de poltronas reclináveis igual à metade do número de comissários e quantidade de beliches igual à metade do número dos demais tripulantes em vôos internacionais, e de poltronas reclináveis, nos vôos domésticos. Em ambos os casos quando o número de tripulantes for ímpar, a quantidade de poltronas e/ou de beliches será igual à metade do seu número, com aproximação para o inteiro superior. O autor justificatifica à iniciativa alegando que a finalidade da mesma é estabelecer condições mínimas que tornem possível o sistema de turnos de rodízio a bordo.

As condições de trabalho dos aeronautas já atendem as recomendações previstas em atos e acordos internacionais de que participa o Brasil, assim como as aeronaves já são construídas e configuradas para atender tais peculiaridades. A alteração das regras, com a criação de situação única e singular aplicável somente no Brasil, implica em trazer insegurança jurídica às empresas aéreas e perda de competitividade perante suas congêneres estrangeiras, além do que implicará em reconfiguração de toda a frota aérea nacional engajada no transporte internacional, cujas aeronaves são fabricadas e homologadas no exterior e no Brasil, implicando em milhões de dólares de investimentos e no brutal aumento dos custos das passagens aéreas, podendo inviabilizar suas atividades.

modificado em 28/09/2015 às 16:23

PL 3298/1989

Autor: Deputado Floriceno Paixão (PDT/RJ)

Relator: Deputado Mendes Ribeiro (PMDB/RS)

Status: em acompanhamento **Tema:** Aeronautas e Aeroviários **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	dispensa do serviço para aeronauta modificado em 28/09/2015 às 16:21
O que é	Introduz dispositivos na Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que regula o exercício da profissão de aeronauta. modificado em 28/09/2015 às 16:21
Situação	CD - Pronta para Pauta no PLENÁRIO desde 11/04/1994. SEM NOTA TECNICA modificado em 28/09/2015 às 16:21
Nossa Posição	DIVERGENTE O PL propõe nova redação ao art. 19 da Lei nº 7.183/84, interferindo na relação entre empresas aéreas e aeronautas, para estabelecer critérios quanto às inspeções periódicas de saúde e ampliar direitos e trabalhistas no que se refere à demissão e ao controle de moléstias adquiridas durante a permanência fora da base domiciliar. A proposta de intervenção estatal na relação entre as empresas aéreas e aeronautas não é desejável, sobretudo diante de situações como as do presente caso, que podem e devem ser equacionadas mediante normas coletivas livremente estabelecidas entre as partes, que melhor se adequariam à realidade produtiva e às necessidades do mercado de trabalho, não desestimulando restringindo ou limitando o estabelecimento de acordos ou convenções coletivas que reflitam, efetivamente, a necessidade e o interesse das partes. modificado em 28/09/2015 às 16:21

PL 2131/1989

Autor: Deputado Francisco Amaral (PMDB/SP) **Relator:** Deputado Paulo Paim (PT/SP)

Status: em acompanhamento **Tema:** Aeronautas e Aeroviários **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	Repouso do aeronauta Árvore de apensados e outros documentos da matéria modificado em 28/09/2015 às 16:19
O que é	Estabelece critérios para determinação dos intervalos de repouso correspondente ao trabalho noturno dos tripulantes de aeronaves. modificado em 28/09/2015 às 16:19
Situação	CD - Mesa Diretora, em 06/09/2001. Apensado a este, o PL 5.280, de 2001 SEM NOTA TÉCNICA modificado em 28/09/2015 às 16:19

Nossa Posição

DIVERGENTE

A regra atual (art. 36 da Lei nº 7.183/84) estabelece que ?ocorrendo o regresso de viagem de uma tripulação simples entre 23:00 (vinte e três) e 06:00 (seis) horas, tendo havido pelo menos 3 (três) horas de jornada, o tripulante não poderá ser escalado para trabalho dentro desse espaço de tempo no período noturno subsequente?.

O projeto de lei objetiva alterar o atual critério de determinação dos intervalos de repouso dos aeronautas, abrangendo qualquer tipo de tripulação ou serviço, para estabelecer que ?tendo transcorrido pelo menos 3 (três) horas de jornada que incluam tempo de voo e/ou de serviço de reserva, de trânsito (permanência no solo entre etapas) ou tempo de instrução dentro do período de 23h às 6h, serão observados os seguintes critérios: a) o intervalo mínimo de repouso entre jornada de até 12 (doze) horas será acrescido de 3 (três) horas; b) na base domiciliar. o aeronauta não poderá ser escalado para nova jornada que inclua trabalho ou instrução no período subsequente entre 23h e 6h.?

Inobstante ser relevante a preocupação do legislador em assegurar repouso adequado ao aeronauta, a intervenção estatal na relação entre capital e trabalho não é desejável, sobretudo diante de situações como as do presente caso, que podem e devem ser equacionadas mediante normas coletivas livremente estabelecidas entre as partes, que melhor se adequariam à realidade produtiva e às necessidades do mercado de trabalho, não desestimulando restringindo ou limitando o estabelecimento de acordos ou convenções coletivas que reflitam, efetivamente, a necessidade e o interesse das partes.

modificado em 28/09/2015 às 16:19

PL 5569/2013

Autor: Deputado Alexandre Leite (DEM/SP)

Relator: Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

desoneração tributária

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:14

O que é

Altera a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, retirando a incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - Cide sobre a importação e comercialização no mercado interno de gasolina e querosene de aviação.

modificado em 28/09/2015 às 16:14

Situação

CD - CVT: em 15/04/2015 a Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição nos termos do Art. 41, VI do RICD 29/04/2015, já tendo o PL parecer favorável do Dep. Alexandre Toledo. Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Viação e Transportes (CVT)

modificado em 28/09/2015 às 16:14

Nossa Posição

CONVERGENTE

O PL propõe a desoneração dos combustíveis de aviação, para assegurar às empresas brasileiras melhores condições de competição com suas congêneres estrangeiras, tornando definitiva a não-incidência da Cide sobre os combustíveis em tela.

Trata-se de medida oportuna que trará benefícios aos consumidores em razão da provável redução dos preços das passagens aéreas decorrente da desoneração fiscal proposta

modificado em 28/09/2015 às 16:14

PL 3046/2011

Autor: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)

Relator: Deputado Raul Lima (PP/RR)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

desoneração tributária

Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver site CD)

modificado em 28/09/2015 às 16:12

O que é

Altera a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, para dispor sobre isenção do pagamento da tarifa aeroportuária.

modificado em 28/09/2015 às 16:12

Situação

CD ? Mercosul Aguardando Parecer do Relator Dep. Arthur Oliveira Maia (SD-BA) na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. (MERCOSUL)

modificado em 28/09/2015 às 16:12

Nossa Posição

CONVERGENTE

O PL acrescenta ao art. 1º da Lei nº 7.920/89, novo § 2º, para isentar do pagamento do ATAERO incidente sobre a tarifa de embarque internacional, o passageiro de voo destinado a países do Mercosul.

Trata-se de medida oportuna que trará benefício econômico aos passageiros que embarcam no Brasil com destino países do MERCUSUL ou a países a ele associados, incrementando o fluxo de passageiros e, por conseguinte, contribuindo para o processo de integração regional.

modificado em 28/09/2015 às 16:12

PL 1235/2015

Autor: Deputado Deley (PTB/RJ)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Passe livre para pessoas portadoras de deficiência que sejam carentes
Árvore de apensados e outros documentos da matéria. Apensado ao PL 1967/1999

modificado em 28/09/2015 às 16:06

O que é

Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para conceder passe livre e assento às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual e nas companhias aéreas.

modificado em 28/09/2015 às 16:06

Situação

CD ? Mesa. Apensado
modificado em 28/09/2015 às 16:06

Nossa Posição

DIVERGENTE

O projeto tem por finalidade instituir política social assistencialista, obrigando as empresas a financiarem com recursos próprios os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tais custos serão suportados exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade.

Como justificativa, sustenta que a adoção da medida é compatível com a nova Constituição, que reconhecendo a penosa situação em que se encontram os deficientes físicos, estabeleceu no art. 227, § 1º, inciso II, a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de todas as formas de discriminação?. Esqueceu-se, todavia, o nobre parlamentar, de esclarecer na justificativa do PL que a providência requerida no inciso II do § 1º do art. 227 da CF, por ele transcrito, cabe ao Estado, nos termos estabelecidos no § 1º do mesmo artigo, verbis: ?§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não-governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:?

Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a CF determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º).

Todavia a mesma Constituição autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), ressaltando, neste caso, que devem ser observadas as disposições do seu art. 154, I, que autoriza a União a criar, mediante lei complementar, impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não

tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

A proposição, portanto, não atende os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, caso convertida em lei, implicará em aumento nos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os demais consumidores.

modificado em 28/09/2015 às 16:06

PL 670/2015

Autor: Deputado William Woo (PV/SP)

Relator: Deputado Rodrigo Maia

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

Assegurar que pranchas de surf não sejam classificadas como bagagem especial, para efeito de transporte dentro do limite de peso da franquia de bagagem.

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:03

O que é

Altera a Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para enquadrar a prancha de surf entre os itens da franquia de bagagem.

modificado em 28/09/2015 às 16:03

Situação

CD - CVT - Aguardando Parecer do Relatora Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ)

13/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Designado Relator, Dep. Rodrigo Maia (DEM-RJ).

modificado em 28/09/2015 às 16:03

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL estabelece restrição ao princípio da liberdade tarifária assegurado no art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, contrariando inclusive as praticas internacionais que recomendam que qualquer objeto de uso pessoal do passageiro, inclusive material esportivo que não se enquadre dentro das especificações de tamanho estabelecidas pela International Air Transport Association ? IATA, deve ser considerado ?bagagem especial? e, portanto, excluído do regime da franquia de bagagem, que pressupõe uma relação entre peso e volume do objeto a ser transportado.

modificado em 28/09/2015 às 16:03

PL 556/2015

Autor: Deputado Felipe Bornier (PDS/RJ)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento **Tema:** Regulação Tarifária **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	tarifa especial para menor de dois anos Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver CD) modificado em 28/09/2015 às 15:48
O que é	Estabelece que no transporte doméstico de crianças com menos de dois anos de idade não poderá ser aplicada tarifa maior do que o equivalente a dez por cento da tarifa de adulto, desde que não ocupem assento e estejam ao colo de um passageiro com mais de doze anos de idade. modificado em 28/09/2015 às 15:48
Situação	CD ? Mesa, pronta para Pauta no plenário. modificado em 28/09/2015 às 15:48
Nossa Posição	DIVERGENTE O PL estabelece restrição ao princípio da liberdade tarifária assegurado às empresas transportadoras no art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, interferindo na livre formação de preços no mercado, responsável pelo êxito do modelo tarifário atualmente em vigor, que resultou em forte redução no preço médio das passagens aéreas. modificado em 28/09/2015 às 15:48

PL 4313/2012

Autor: Deputado Professor Victório Galli (PMDB-MT) **Relator:** aguarda designação

Status: em acompanhamento **Tema:** Regulação Tarifária **Prioridade:** Sim **Notas Técnicas:** Não

Foco	Transporte gratuito para idosos carentes Árvore de apensados e outros documentos da matéria modificado em 28/09/2015 às 15:42
O que é	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para tratar sobre a gratuidade para idosos no serviço de transporte aéreo doméstico. modificado em 28/09/2015 às 15:42
Situação	Mesa Diretora - Apensado ao PL 6963/2010 modificado em 28/09/2015 às 15:42
Nossa Posição	DIVERGENTE O projeto estende para o transporte aéreo doméstico a reserva de duas vagas gratuitas por veículo (tarifa zero), já estabelecidas na Lei nº 10.741/03 em benefício dos idosos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos, instituindo benefício social sem indicar a necessária contrapartida, ou seja, propõe que os custos decorrentes sejam suportados exclusivamente pelas empresas aéreas transportadoras. Propõe, portanto, o autor da iniciativa, que seja instituída uma política de cunho assistencialista, para obrigar as empresas a financiarem, com recursos próprios, os custos decorrentes de tal política.

Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tal custo seja suportado exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade.

De regra sustenta-se que a adoção de políticas assistencialistas é compatível com o pacto social expresso na CF de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º).

Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a CF determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e estabelecendo que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). Todavia, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), ressalvando, neste caso, que devem ser observadas as disposições do seu art. 154, I, que autoriza a União a criar, mediante lei complementar, impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os demais consumidores idosos que não sejam carentes.

modificado em 28/09/2015 às 15:42

PL 4243/2012

Autor: Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)

Relator: Deputado Milton Monti (PR-SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

gratuidade para transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano
Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver site CD)
modificado em 28/09/2015 às 15:40

O que é

Estabelece que o transporte aéreo de órgãos, tecidos e partes do corpo humano em aviões de companhias aéreas atuantes em território nacional será gratuito e obrigatório.
modificado em 28/09/2015 às 15:40

Situação

CD - CVT, aguardando Parecer do Relator Dep. Milton Monti (PR-SP)
modificado em 28/09/2015 às 15:40

Nossa Posição	DIVERGENTE
	O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencial, no pressuposto de que os custos gerados pela redução tarifária serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não à sociedade, a quem cabe financiar a seguridade social, ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total.
	modificado em 28/09/2015 às 15:40

PL 3270/2012

Autor: Deputado Carlos Souza (PSD-AM)

Relator: Deputado Geraldo Thadeu (PSD-MG)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco	estabelecer tarifa social para beneficiários do Bolsa Família modificado em 28/09/2015 às 15:36
-------------	--

O que é	Altera a Lei nº 8.080/90, para estabelecer tarifa social no valor de 30% da tarifa para o mesmo trecho praticada pela empresa concessionária do serviço de transporte aéreo doméstico regional no dia da aquisição, a ser utilizada no atendimento de passageiros carentes, beneficiários do Programa Bolsa Família, priorizando o atendimento daqueles que necessitem do transporte aéreo para terem acesso a melhores condições de atendimento médico, obrigando a empresa concessionária a reservar um número mínimo de 30% dos assentos disponíveis na aeronave para o atendimento proposto. modificado em 28/09/2015 às 15:36
----------------	---

Situação	Mesa Diretora (arquivado em 31.01.2015, nos termos do art. 105 do RI da CD). Aprovado na CVT. O PL pode ser arquivado definitivamente. 21/08/2015 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Devolução à CCP modificado em 28/09/2015 às 15:36
-----------------	--

Nossa Posição	DIVERGENTE O projeto propõe a criação de benefício social destinado a passageiros carentes incluídos no Programa Bolsa Família, sem indicar a necessária contrapartida, ou seja, propõe que os custos decorrentes sejam suportados exclusivamente pelas empresas transportadoras. Vide comentários ao PL 1.193/1995 modificado em 28/09/2015 às 15:36
----------------------	--

PL 3037/2011

Autor: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)

Relator: Deputado João Moraes (PCdo B ?MG)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	impor desconto 50% nos preços das passagens aéreas - VER APENSADOS modificado em 18/09/2015 às 17:43
O que é	Altera a Lei nº 8.899/94, para concessão de desconto de cinquenta por cento nas tarifas de passagens aéreas para atletas portadores de deficiência nos deslocamentos destinados à participação em competições nacionais e internacionais. modificado em 18/09/2015 às 17:43
Situação	CSSF aguardando votação do parecer da Relatora, na CCSF, pela aprovação, com substitutivo. modificado em 18/09/2015 às 17:43
Nossa Posição	O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem previamente com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencialista, no pressuposto de que os custos gerados pela redução das tarifas serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não ao Estado, a quem cabe destinar recursos públicos para a promoção do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento (CF, art. 217, II), ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total. modificado em 18/09/2015 às 17:43

PL 4804/2009

Autor: Dep. Elcione Barbalho (PMDB/PA)

Relator: Dep. Giroto (CVT)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	tabelar preços de tarifas aéreas modificado em 18/09/2015 às 17:39
O que é	Modifica a Lei nº 11.182, de 2005, para restringir a aplicação do regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares. modificado em 18/09/2015 às 17:36
Situação	CD/Mesa Diretora, em 28/03/12: PL transferido para o Plenário. A CVT rejeitou o Projeto, nos termos do parecer do relator, Deputado Giroto. modificado em 18/09/2015 às 17:36
Nossa Posição	DIVERGENTE O PL objetiva restringir a liberdade tarifária assegurada no art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, nos termos abaixo: ?Art. 49. Prevalecerá o regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares em linhas exploradas por mais de um concessionário ou permissionário, cabendo-lhes, nesse caso, determinar suas próprias tarifas, comunicando-as à ANAC na forma e no prazo que a Agência definir. § 1º Nas linhas aéreas exploradas por apenas um concessionário ou permissionário, a prestação de

serviços regulares estará sujeita às regras tarifárias que a ANAC lhe impuser, no intuito de evitar preços abusivos.?

A liberdade tarifária em conjunto com a liberdade de exploração de qualquer linha aérea constitui instrumento fundamental para o desenvolvimento do transporte aéreo. A proposição legislativa gera um modelo híbrido, em que a maior parte das linhas hoje exploradas se sujeitaria a restrições impostas pelo órgão regulador, sobretudo em linhas aéreas regionais. A proposta impacta a eficiência econômica e prejudica a competitividade das empresas, podendo resultar em abandono de rotas de menor tráfego. Além disso, a proposta implicaria em aumento do custo regulatório da ANAC e insegurança jurídica às companhias aéreas, que poderiam vir a ter seus preços tabelados, repisando o mesmo modelo que levou à falência, simultaneamente e num curto período de tempo, as empresas que compunham os Grupos VARIG, VASP e TRANSBRAVIL.

O êxito do modelo tarifário atual, levou à redução dos preços médios das passagens aéreas em de 50% nos últimos anos, enquanto a quantidade de passageiros transportados mais que dobrou no mesmo período, demonstrando que a adoção do regime de liberdade tarifária combinado com o regime de liberdade de exploração de qualquer linha aérea aumentou a eficiência do mercado e propiciou maior concorrência entre as empresas aéreas.

A proposição se convertida em lei implicará em greve retrocesso, com prejuízo, sobretudo, para os consumidores.

modificado em 18/09/2015 às 17:36

PL 2974/2008

Autor: Deputado Lira Maia (DEM-PA)

Relator: Deputado Paes Landim (PTB-PI)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco	conceder crédito de franquia de bagagem modificado em 18/09/2015 às 11:05
O que é	Concede ao passageiro crédito de quilos quando os pertences despachados não totalizarem o peso máximo a que tem direito como franquia de bagagem, podendo utilizá-lo para abater excesso de peso em viagens futuras. modificado em 18/09/2015 às 11:05
Situação	modificado em 18/09/2015 às 11:05
Nossa Posição	DIVERGENTE A possibilidade de a franquia de bagagem não utilizada ser convertida em crédito aos passageiros que não a esgotem interfere na liberdade das empresas determinarem livremente os preços dos seus serviços (tarifas), o que implicará na elevação dos seus custos operacionais, com efeitos danosos sobre os preços das passagens.

Além disto, a operacionalização da proposta ficará comprometida nos casos em que um número elevado de passageiros detentores de ?créditos? de bagagem pretenda utilizá-los no mesmo voo, o que ensejaria sobrepeso, pondo em risco a segurança da aeronave.

modificado em 18/09/2015 às 17:33

PL 4389/2004

Autor: Deputado João Campos (PSDB/GO)

Relator: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

gratuidade no transporte de cadáveres e órgãos humanos

modificado em 18/09/2015 às 11:02

O que é

GRATUIDADE DO TRASLADO INTERESTADUAL DE CADÁVERES OU RESTOS MORTAIS HUMANOS, BEM COMO DE ÓRGÃOS E TECIDOS HUMANOS PARA FINS DE TRANSPLANTE, POR EMPRESAS BRASILEIRAS DE TRANSPORTE AÉREO.

modificado em 18/09/2015 às 10:53

Situação

Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF. Parecer da Relatora, Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), pela aprovação. Inteiro teor. Aguardando realização de audiência pública.

02/06/2015 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Aprovado requerimento do Sr. Darcísio Perondi que solicita a realização de Audiência Pública para discutir o PL 4389/2004, do dep. João Campos. Retirado de pauta pela Relatora.

modificado em 18/09/2015 às 10:53

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencial, no pressuposto de que os custos gerados pela gratuidade serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não à sociedade, a quem cabe financiar a seguridade social, ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total.

modificado em 18/09/2015 às 10:53

PL 1193/1995

Autor: JORGE ANDERS - PSDB/ES

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco	reduzir em 50% o valor das tarifas aéreas para as categorias de pessoas que menciona. modificado em 14/10/2015 às 19:02
O que é	Determina que os idosos com mais de sessenta anos, os aposentados, os pensionistas e os ex-combatentes serão beneficiados com 50% (cinquenta por cento) de desconto na compra de passagens aéreas, rodoviárias e ferroviárias, para deslocamentos intermunicipais, interestaduais e internacionais. modificado em 14/10/2015 às 19:01
Situação	Mesa Diretora. Aguardando inclusão na Pauta. 18/05/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - O projeto principal (PL 1967/1999) foi devolvido ao Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA). modificado em 11/09/2015 às 10:38
Nossa Posição	<p>DIVERGENTE O projeto tem por finalidade instituir política social assistencialista, para obrigar as empresas a financiarem, com recursos próprios, os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tal custo seja suportado exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade. De regra sustenta-se que a adoção de políticas assistencialistas é compatível com o novo pacto social expresso na Constituição Federal de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º).</p> <p>Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a Constituição determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). A par disto, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), porém ressalva que neste caso devem ser observadas as disposições do art. 154, I, que autoriza a criação, mediante lei complementar, de impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados. A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os consumidores não alcançados pelo benefício social pretendido.</p> <p>modificado em 14/10/2015 às 19:01</p>